

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.193, DE 2023

Dispõe sobre os tipos de flagrantes delitos e estabelece regramento na captação ambiental de áudio e imagem que poderá ser utilizado em favor da vítima de estupro e dá outras providências.

Autor: Deputado BRUNO GANEM

Relator: Deputado DELEGADO ÉDER MAURO

I - RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão, em regime ordinário de tramitação e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, o **Projeto de Lei nº 5.193, de 2023**¹, que dispõe sobre os tipos de flagrantes delitos e estabelece regramento na captação ambiental de áudio e imagem que poderá ser utilizado em favor da vítima de estupro e dá outras providências. O texto foi assim redigido:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, sobre os tipos de flagrantes delitos, e altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, estabelecendo regramento quanto à captação ambiental de áudio e imagem, realizada por um dos interlocutores, que poderá ser utilizada em favor da vítima de estupro.

¹ https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2350940&filename=PL%205193/2023



Art. 2º O art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

“Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

[...]

V – é gravado em vídeo cometendo crime de estupro de vulnerável, independentemente da data do registro da gravação ou de quando chegou ao conhecimento da autoridade competente;

Art. 3º O § 4º do art. 8º-A da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – Lei da Interceptação Telefônica –, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A. [...]

[...]

§ 4º A captação ambiental feita sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, desde que demonstrada a sua integridade, poderá ser utilizada:

I – quando realizada por um dos interlocutores, em matéria de defesa;

II – quando real

a por um dos interlocutores ou por terceiros, em favor da vítima do crime de estupro de vulnerável.

[...]” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

À principal não foram apensadas outras peças legislativas.

Por despacho da Mesa, a proposição foi distribuída para apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a **constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito** da proposição acima mencionada, a teor dos arts. 24, inciso I, e 53, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



A peça legislativa atende os **preceitos constitucionais formais** concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, porém **parcialmente as premissas constitucionais materiais**, conforme passaremos a expor.

No que se refere à possibilidade de realização de prisão em flagrante em virtude de gravação em vídeo, tem-se que, em que pese a louvável iniciativa do ilustre Parlamentar, a proposta esbarra em incontornáveis óbices.

Em primeiro lugar é necessário pontuar que o nosso ordenamento jurídico comporta duas espécies de **prisão**, quais sejam, a **prisão-pena**, onde ocorre a privação da liberdade do indivíduo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, e a **prisão cautelar**, que consiste na medida cautelar fixada antes do aludido trânsito em julgado.

Ocorre que **para que o criminoso permaneça preso enquanto aguarda o seu julgamento, deve haver a decretação da sua prisão preventiva**, que é a única das espécies de segregação cautelar que permite tal ato judicial.

Destaque-se que, para ser concretizada a citada prisão, deve haver, no caso concreto, a sua necessidade, com a pertinente fundamentação por parte da autoridade judicial. Nesse diapasão, é crucial colacionar os seus pressupostos: indício suficiente de autoria, prova da materialidade e a sua necessidade (que pode ser a garantia da ordem pública, a garantia da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal, a aplicação da lei penal ou o descumprimento das obrigações previamente fixadas em razão de outras medidas cautelares).

No que tange à **prisão em flagrante**, é preciso salientar que se trata de **medida precária que se destina a colocar o detido à disposição do juiz para que adote ou não uma das medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal**.

Sobre o tema, o Código de Processo Penal (CPP) dispõe o que segue:

“Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:



I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.”

Portanto, observa-se que a **prisão em flagrante delito pressupõe**, além da **prova da autoria**, a existência de um requisito temporal: a **imediatez**. Flagrante deriva do latim “*flagran*”, “*flagrantes*”, com o significado de ardente, crepitando, brilhante. Deriva, pois, do verbo “*flagrare*”, que significa “*queimar*”.

Flagrante delito é o que se vê praticar e que assim suscita, no próprio instante, a necessidade de conservar ou restabelecer a ordem jurídica, ameaçada pela violação ou marcada pelo acontecimento. Trata-se da ardência do crime, ou, ainda, da certeza visual do crime.

À vista disso, considerar em flagrante o indivíduo que comete um delito fora das situações estabelecidas pela legislação, levando em conta unicamente a gravação em vídeo, independentemente da data do registro da gravação ou de quando chegou ao conhecimento da autoridade competente, por versar sobre o crime de estupro de vulnerável, ofende o arcabouço normativo pátrio.

Isso porque, conquanto se trate de delito eivado de inegável e excepcional gravidade, acolher a pretensão supracitada significa deturpar o instituto da prisão em flagrante, bem como instaurar um modelo de “**flagrante**



perpétuo” para crimes que não são permanentes, o que é repudiado pela doutrina, pela jurisprudência e, a bem da verdade, pela própria sociedade.

Saliente-se, no ponto, que o **crime estupro de vulnerável** (art. 217-A do Código Penal - CP), é classificado, quanto ao tempo da consumação, como sendo um **crime instantâneo**, que é aquele que se consuma imediatamente, em um momento determinado no tempo, não se prolongando no tempo.

Dessa forma, tem-se que, pelas suas próprias características, não seria possível atribuir-lhe a nomenclatura de “crime permanente”, a fim de enquadrá-lo na hipótese constante no art. 303 do CPP, já que este se trata do delito cuja execução se protela no tempo, autorizando, por conseguinte, a prisão em flagrante na forma retrodescrita.

A respeito do crime permanente, convém transcrever lição do doutrinador Rogério Sanches Cunha²:

“(...) É a modalidade de crime em que a ofensa ao bem jurídico se dá de maneira constante e cessa de acordo com a vontade do agente. Como exemplo, temos a extorsão mediante sequestro. (...)”

Não obstante, é preciso frisar que, **ainda que fosse cabível a prisão em flagrante na hipótese retrodescrita, o transgressor seria apresentado à autoridade judicial, via audiência de custódia, para adoção de alguma das medidas constantes no art. 310 do Código de Processo Penal, quais sejam, relaxamento da prisão, conversão da prisão em preventiva ou concessão da liberdade provisória, com ou sem fiança. Portanto, sucede-se que a prisão em flagrante, por si só, não tem o condão de manter o indivíduo preso.**

Dessa maneira, entendemos que a atual sistemática adotada pela norma processual penal mostra-se perfeita da forma como se encontra, uma vez que atende os preceitos acima declinados.

² CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal – Parte Geral. 4 ed. Salvador: JusPODIVM, 2016, p.166.



Ademais, e diante do que foi assentado acerca da prisão em flagrante em virtude de gravação em vídeo, também são **parcialmente jurídicas** as disposições penais constantes na proposta.

Ainda sob o mesmo enfoque, constata-se a **adequação** do texto com os preceitos constantes na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao **mérito**, deve-se ressaltar que a matéria é **extremamente pertinente**, razão pela qual **merece ser aprovada**.

O crime de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do CP, revela-se como uma das mais graves violações à dignidade da pessoa humana, núcleo essencial do ordenamento jurídico brasileiro e fundamento da República, conforme preceitua o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal.

A incriminação tutela, sobretudo, a liberdade sexual de pessoas que, por sua idade ou condição, não possuem discernimento suficiente para consentir em atos dessa natureza, garantindo-lhes especial proteção contra condutas abusivas e predatórias.

Trata-se de bem jurídico cuja relevância transcende a esfera individual, alcançando o interesse público na preservação da infância, da juventude e da integridade psíquica e moral dos indivíduos vulneráveis.

A doutrina e a jurisprudência reiteram que a presunção de vulnerabilidade é absoluta, porquanto o legislador optou por estabelecer uma barreira objetiva à prática de condutas que exploram a fragilidade e a hipossuficiência das vítimas, muitas vezes incapazes de externar de forma plena a extensão da violência sofrida.

Nesse cenário, a política criminal deve não apenas punir, mas também fortalecer instrumentos de prevenção, investigação e produção de provas capazes de resguardar a efetividade da persecução penal. E é justamente nesse ponto que se insere o debate acerca da Lei nº 9.296/1996, que regula a interceptação telefônica.

O modelo vigente, ao exigir autorização judicial prévia e o controle do Ministério Público ou da autoridade policial, busca resguardar direitos fundamentais como a intimidade e a privacidade, em consonância com o



artigo 5º, inciso XII, da Constituição. Todavia, a rigidez do sistema acaba, em muitos casos, inviabilizando a utilização de provas colhidas em situações emergenciais e imprevisíveis, especialmente em delitos sexuais contra vulneráveis, que se desenvolvem de forma clandestina, silenciosa e sem testemunhas.

Por essa razão, impõe-se uma reflexão sobre a necessidade de aperfeiçoamento legislativo para conciliar a proteção da intimidade com a tutela da dignidade da vítima vulnerável no crime de estupro.

A proposta de alteração no sentido de permitir que a captação ambiental realizada por um dos interlocutores ou por terceiros, ainda que sem o prévio conhecimento da autoridade, seja admitida em juízo para comprovar a prática do crime de estupro de vulnerável, desde que demonstrada a sua integridade, configura medida proporcional e adequada.

Trata-se de admitir a licitude de provas que emergem de situações excepcionais, nas quais a vítima, na tentativa de resguardar-se ou de evidenciar o ilícito, recorre a meios tecnológicos de registro. A exigência de integridade do material colhido assegura a confiabilidade da prova e evita manipulações indevidas, garantindo ao acusado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Essa modificação legislativa não afronta o direito à intimidade, mas, antes, realiza uma ponderação constitucional entre bens jurídicos em conflito: de um lado, a privacidade do agente; de outro, a vida, a liberdade e a dignidade da vítima em situação de extrema vulnerabilidade. A prevalência, nesse caso, deve ser da proteção integral da criança, do adolescente ou da pessoa vulnerável, princípio consagrado no artigo 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, a modificação da lei de interceptação, limitada a hipóteses específicas e justificadas, fortalece a persecução penal sem descuidar das garantias individuais, promovendo uma resposta mais eficaz do Estado frente a um dos crimes mais repugnantes e lesivos à sociedade.

Dessa forma, entendemos que as providências adotadas no expediente em exame mostram-se parcialmente **convenientes** e **oportunas**, já



que proporcionarão a implementação de instrumento realmente efetivo para combater esse delito hediondo.

Ante o exposto, **VOTO** pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do **Projeto de Lei nº 5.193, de 2023**, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DELEGADO ÉDER MAURO
Relator

2025-14424



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.193, DE 2023

Altera o § 4º do art. 8º-A da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para dispor que a captação ambiental feita sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, desde que demonstrada a sua integridade, poderá ser utilizada quando realizada por um dos interlocutores ou por terceiros, para comprovar a prática do crime de estupro de vulnerável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o § 4º do art. 8º-A da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para dispor que a captação ambiental feita sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, desde que demonstrada a sua integridade, poderá ser utilizada quando realizada por um dos interlocutores ou por terceiros, para comprovar a prática do crime de estupro de vulnerável.

Art. 2º O art. § 4º do art. 8º-A da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A

.....

§ 4º A captação ambiental feita sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, desde que demonstrada a sua integridade, poderá ser utilizada:

I – em matéria de defesa, quando realizada por um dos interlocutores;

II – para comprovar a prática do crime de estupro de vulnerável, quando realizada por um dos interlocutores ou por terceiros.



.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DELEGADO ÉDER MAURO
Relator

2025-14424

